

REPRESENTAR DEMOCRATICAMENTE NA CRISE ECONÔMICA: AS PERSPECTIVAS DO SINDICALISMO ITALIANO

Davide Carbonai¹ e Giulio Mattiazzi²

Discutiremos certos aspectos de uma mudança mais ampla que ocorre no conjunto da sociedade italiana, e mais especificamente no sistema do trabalho e nas relações sindicais, bem como nas relações destas com o nível institucional e, por fim, nos dilemas da representação social na era pós-ideológica, em particular no contexto das mudanças ocorridas desde a adoção do padrão “euro”, após 1º de janeiro de 2002.

Em primeiro lugar, apresentaremos uma reflexão sobre os níveis salariais dos trabalhadores italianos, cuja tendência, especialmente quando comparada com preços e tarifas, tem apontado para uma forte perda do poder aquisitivo, reflexão esta que tem ocupado um espaço relevante tanto nos meios econômicos como no debate político e sindical. Esse debate tem recebido importantes contribuições científicas nacionais e internacionais, que constatam os menores níveis salariais italianos em comparação com o restante da Europa, até mesmo em termos de crescimento anual³.

Fala-se numa verdadeira questão salarial para destacar o crescimento do estado de dificuldade econômica difusa entre os trabalhadores; em outras palavras, o crescimento de casos em que o “trabalho” não garante a concretização de um nível adequado de bem-estar econômico e social, uma plena satisfação das necessidades, tais como manter-se e manter os familiares e dependentes. Nesse contexto, discutiremos, em particular, alguns resultados provenientes da pesquisa “Centenário CGIL” e do conseqüente debate desenvolvido dentro da organização sindical.

Outra questão que será tratada diz respeito às tendências nas políticas de concertação sindical; se, de um lado, ela parece ser cada vez mais global e participativa, de outro, ela é menos capaz de produzir ganhos reais para os assalariados e os aposentados. A respeito disso apresentaremos extratos dos resultados do referendo realizado entre os trabalhadores italianos em outubro de 2007. Nessa ocasião, as centrais sindicais italianas Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL)⁴, Confederazione Italiana dei Lavoratori (CISL)⁵ e Unione Italiana del Lavoro (UIL)⁶ promoveram um amplo referendo em que, além do expressivo resultado – mais de 80% em favor do acordo entre o governo e os sindicatos (o protocolo relativo ao *Bem-estar, emprego e competitividade para o crescimento sustentável e equitativo*, de 23 de julho de 2007) –, o que chamou nossa atenção foi o “tamanho” da consulta: mais de 5 milhões de eleitores. Discutiremos os resultados da votação, alguns dos principais resultados de uma pesquisa destinada a compreender a relação entre cultura social e cultura sindical e a propensão para a votação.

Finalmente, apresentaremos uma crítica de um debate que perpassa todas as centrais sindicais: as relações entre democracia e representação social.

O (mal)estar econômico dos trabalhadores

As pesquisas e as análises que vêm se realizando têm demonstrado a existência de um quadro heterogêneo em que a Itália parece ser um dos países com a menor taxa de crescimento dos salários reais por hora, com valores significativamente inferiores aos de outros países europeus, o que resulta, portanto, numa baixa dinâmica da produtividade do trabalho. De 1995 a 2006, na Itália, a média de variação anual da remuneração horária foi de 0,4%, com grandes diferenças entre os vários setores econômicos. Ao mesmo tempo – mas também como produto dessa variação – a Itália é um dos países com maior desigualdade de renda na União Europeia (UE) – juntamente com Espanha, Reino Unido, Romênia, Hungria e Estônia –, no grupo em que a divisão entre a parte do rendimento total recebido pelos 20% mais ricos da população e pelos 20% mais pobres situa-se entre 5,0 e 5,5 vezes; além disso,

o valor de concentração de Gini – outra medida de desigualdade de renda – está acima da média da UE.

Nesse contexto, não surpreendem os dados referentes à prevalência de dificuldades econômicas ou a percentagem de agregados familiares que – durante o ano de referência – não conseguem fazer frente às despesas necessárias ou estavam em atraso com os pagamentos habituais⁷.

Introduzimos aqui alguns cálculos sobre os dados obtidos a partir da pesquisa “*Italia del lavoro*”, realizada pelo Instituto de Pesquisa da Central Sindical – CGIL. Esse estudo envolveu uma amostra de 6.015 pessoas – entrevistadas por meio de um questionário estruturado –, que trabalham em vários setores econômicos, tanto com vínculo empregatício de duração indeterminada como temporário. Além do salário mensal, para avaliar a extensão e a intensidade de situações econômicas, o questionário incluía uma pergunta: “o seu salário é suficiente para viver e, eventualmente, manter as pessoas dependentes na família?”, com quatro modalidades de resposta: “totalmente”, “suficientemente”, “dá apenas para viver”, “não suficiente”⁸. A ela, 24,5% dos entrevistados afirmaram que, em geral, o salário não era suficiente para viver e manter as pessoas dependentes (e 33,2% disseram que “dava apenas para viver”. Portanto, apenas 42,3% dos entrevistados responderam positivamente (“totalmente” ou “suficientemente”).

A análise dos dados confirma os principais fatores explicativos da desigualdade salarial na distribuição dos riscos sociais de privação e sofrimento: variáveis tais como o nível de escolaridade, posição profissional, sexo, território e classe de origem marcam os diferentes níveis de rendimento e influenciam a probabilidade de situação de dificuldade econômica.

Nas regiões do Sul há maior amplitude de situações de dificuldade econômica. A percentagem de trabalhadores que disse que o seu salário dava “apenas para viver” ou “não era suficiente” para viver e manter seus familiares e dependentes era significativamente maior nas regiões do Sul. Aqui, mesmo entre aqueles que atingem níveis educacionais mais elevados, esse percentual ultrapassa 50% dos casos.

Separando os dados por profissão, a frequência de situações de dificuldade econômica diz respeito não apenas às classes operárias como também às classes médias – os empregados administrativos e funcionários públicos –, salientando a gravidade da condição de mal-estar econômico dos trabalhadores. Especificamente, a propensão dos operários para as situações de dificuldade econômica é superior à média calculada sobre a população, sobretudo entre aqueles que exercem profissões não qualificadas (74,6%).

Convém notar que a frequência de situações de dificuldade econômica, embora abaixo da média da amostra, permanece bastante elevada mesmo en-

tre os empregados e aqueles que exercem profissões técnicas, intelectuais ou de conhecimento científico. Entre estes dois últimos grupos de trabalhadores os salários estão bem abaixo da média, bem como entre os empregados administrativos, dos quais 30,5% não excedem o salário de 1.000 euros mensais líquidos, enquanto entre aqueles que desempenham profissão técnica, intelectual e científica aproximadamente 19% continuam abaixo desse limite.

Importantes, embora previsíveis, são as diferenças entre empresas diferentes pelo tamanho. Entre os entrevistados que trabalham em organizações com menos empregados são mais comuns os baixos salários (e, portanto, as situações de dificuldade econômica são mais frequentes). Uma importante razão para essa tendência está na menor presença dos sindicatos e das práticas de negociação sindical na empresa.

Mais uma vez, as regiões do Sul são caracterizadas pelo aumento das situações de sofrimento, privação e pobreza. Isso se aplica a todos os grupos profissionais, com algumas diferenças, como os trabalhadores qualificados e que trabalham em profissões técnicas, intelectuais e científicas; em tais casos, as diferenças entre as regiões do Sul e as do Norte são reduzidas.

Os dados apresentados aqui marcam também significativas diferenças entre os gêneros, como relatado em outros estudos⁹. A tendência das mulheres a receber remuneração baixa é mais elevada que a dos homens; as mulheres mais frequentemente declaram que o ganho “dá apenas para viver” ou “não é suficiente” para viver e manter seus dependentes; 48,9% das mulheres têm um ganho mensal de até 1.000 euros (contra 26,8% de homens) e apenas 9% em torno de 1.500 euros (contra 21,5% de homens). As diferenças entre gêneros são, em parte, explicadas por dois fatores. O primeiro é que as mulheres estão concentradas mais frequentemente em grupos de empregados que trabalham menos horas (em uma tentativa de conciliar o “trabalho para a família” e “trabalhar para o mercado”)¹⁰. O outro fator é que as mulheres, mais frequentemente do que os homens, estão envolvidas em uma relação de emprego temporária. Todavia, ainda subsistem diferenças significativas em casos de horários de trabalho iguais e para o mesmo nível de educação profissional, colocação e tipo de relação de trabalho. Como resultado, 61,8% das mulheres estão em situação de dificuldade econômica, ou com uma renda “não suficiente” para viver e manter seus familiares (em comparação com 55,1% dos homens). Uma desvantagem observada em todas as posições, ao longo de toda a escala de níveis educacionais e profissionais, sendo mais acentuada entre as operárias e as que trabalham no comércio e no setor de serviços.

Considerem-se então as diferenças entre os trabalhadores com contratos permanentes e trabalhadores com contratos temporários. Os entrevistados com emprego temporário tendem a concentrar-se nos níveis mais baixos de

renda mensal. Mais especificamente, 67% dizem que não ganham mais de 1.000 euros por mês e 37,7% não excedem mesmo os 800 euros (contra respectivamente 24% e 7,4% daqueles que são recrutados com contrato fixo).

Tal tendência deve ser compreendida no âmbito do enfraquecimento dos sindicatos, da “segurança coletiva”¹¹, dos atores sociais organizados e, de modo geral, da ação coletiva, da sua capacidade e função de regulamentação geral, de acompanhamento ao reequilíbrio dos poderes; isto beneficia a individualização das relações, a privatização da regulação estatal e a diferenciação no gozo dos direitos. Nesse contexto, os interesses e as razões da empresa reencontram a sua hegemonia. E o trabalho é mais frágil, com menos capacidade de fazer valer os seus interesses e suas razões. As pesquisas mostram, de fato, uma progressiva e significativa perda da visibilidade, da valorização, do reconhecimento social e da influência política do trabalho.

O “Referendo dos trabalhadores”

O “Protocolo pelo Bem-Estar Social” assinado entre o Governo Prodi e as principais centrais sindicais italianas (CGIL, CISL e UIL) ofereceu uma resposta política a essa difícil situação econômica. Os sindicatos promoveram então um amplo referendo entre os trabalhadores, de aceitação ou recusa do “Protocolo”. Os resultados da votação foram claros: mais de 80% foram a favor do acordo entre o governo e os sindicatos. Perante preocupações sociais e econômicas, os trabalhadores responderam com uma participação muito elevada: mais de 5 milhões de votantes.

O referendo de outubro de 2007 marcou uma participação maior do que em 1995: 5.128.507 votos em 2007 contra 3.786.586 no referendo de 1995 (sobre a reforma da previdência social promovida pelo Governo Dini). Trata-se de um claro sinal com diferencial positivo de eleitores em relação à consulta de 1995¹².

A geografia da votação indica alguns elementos de descontinuidade em relação ao referendo de 1995. Em particular, um aumento do total de votos para as regiões do Sul da Itália. Além disso, em relação ao referendo de 1995, quando os votos favoráveis foram iguais a 62,54%, observamos em 2007 um grau de consenso nitidamente superior (81,61% a favor).

Mais informações podem ser obtidas a partir de um estudo do Ires-CGIL; a pesquisa – realizada a partir de 2008, por meio de uma amostra nacional, estratificada por parcelas, de 1.574 entrevistados – visa a compreensão das ligações entre a participação, a escolha do voto sindical e da cultura sindical, inclusive em relação a variáveis como sexo, idade, diferentes grupos sociais. O estudo oferece assim uma visão geral da cultura sindical na Itália.

A amostra é representativa da população italiana de idade superior a 18 anos: empregados em cargos subalternos – tanto no setor particular da economia como no público – ou aposentados. A amostra é feita a partir de nomes extraídos de listas telefônicas. Os métodos utilizados para a identificação são aleatórios e fundam-se em quatro níveis de estratificação (sexo; área geográfica; classe de amplitude demográfica do município; profissão).

Indicaremos alguns resultados da pesquisa, basicamente ligados ao perfil social dos eleitores e daqueles que não participaram do referendo, e também às escolhas das pessoas que pertencem a uma organização sindical, em comparação com os não filiados.

Nota-se, de imediato, o interesse em relação ao conteúdo do “Protocolo”: 53,7% dos entrevistados afirmaram conhecer o conteúdo do acordo; são “muito informados” sobre o conteúdo 8,4% da população; enquanto 45,3% são “informados”.

Tabela 1 – Distribuição de frequência: conhecer o conteúdo do “Protocolo”

[Pergunta 11: Em julho de 2007, o Governo e os sindicatos chegaram a um acordo para a reforma do sistema do bem-estar social e das aposentadorias (mais tarde, adotadas pelo governo) e de ter introduzido várias alterações nas políticas sociais. Sobre o conteúdo do “Protocolo”, você é...]

	N = 1574	Valor absoluto	Percentagens
1.	Muito informado	132	8,4%
2.	Informado	713	45,3%
3.	Apenas informado	610	38,8%
4.	Nem um pouco informado	103	6,5%
5.	Não sei / Prefiro não responder	16	1,0%
	Total	1.574	100%

Observada pelo gênero, a distribuição dos “informados” pesa em favor dos homens: eles são “informados” ou “muito informados” em 62,2% dos casos contra 41% das mulheres. Entre 18 e 24 anos, apenas 40% são “informados” ou “muito informados”. As estatísticas nesses quesitos aumentam para os mais idosos: 43% entre 25 e 34 anos, 47% entre 35 e 44, e 61,2% entre 45 e 54 anos, até um nível máximo entre 55 e 64 anos (62,4%).

Para além do sexo e da idade, considerada apenas a população ativa, a distribuição de “informado” é associada ao tipo de contrato do trabalhador. “Informado” ou “muito informado” são 54,5% dos empregados fixos contra 38,3% de temporários. Por fim, não há diferenças marcantes entre os grupos profissionais ou entre os diferentes setores econômicos e nem na divisão territorial (Norte, Centro, Sul), que não se afastam dos valores médios calculados sobre a população.

Como se observa, em média 53,7% da população entrevistada (votante ou não) é informada sobre o conteúdo do referendo; esta percentagem sobe até 68% (15,54% dos eleitores estão “muito informados”, 52,43% “informados”) entre os eleitores.

Dos entrevistados, 33,9% decidiram votar; entre essas pessoas a escolha pela participação no referendo está associada com alguma variável explicativa: a filiação ao sindicato ou estar economicamente ativo. Nesse caso, enquanto 40,6% dos empregados optaram por votar, entre os aposentados o percentual cai até 22,52%.

Tabela 2 – Participação ao voto e posição de trabalho

N = 1574	Votou neste referendo?		Total (%)
	Sim	Não	
Empregado	40,69%*	59,31%**	100
Aposentado	22,52%**	77,48%*	100
Desempregado	25,93%	74,07%	100
Total	33,93%	66,07%	100

* Padrão residual >2 (marcada associação positiva); ** Padrão residual < -2 (marcada associação negativa)

A filiação ao sindicato é um fator muito importante na compreensão das estatísticas de participação. As diferenças mais marcadas são observadas entre os “filiados” ou “aqueles que pretendem inscrever-se” e aqueles que, em vez disso, assumem uma atitude de negação/oposição aos sindicatos (“...não pretendo filiar-me”). Cerca de metade dos filiados escolheram votar (e 48% entre aqueles que não estão registrados, mas “estão pensando em filiar-se”); esse percentual cai até para 23,97% entre os trabalhadores que atualmente não são filiados e não pretendem aderir a qualquer forma de sindicato no futuro.

Tabela 3 – Filiação e participação ao voto

N = 1574		Votou neste referendo?		Total (%)
		Sim	Não	
Atualmente, é filiado ao sindicato?	Sim	50,22%*	49,78%**	100
	Não, mas estou pensando em filiar-me	48,96%*	51,04%	100
	Não, mas já fui filiado no passado	27,96%**	72,04%	100
	Não, e não pretendo filiar-me	23,97%**	76,03%*	100
	Prefiro não responder	24,49%	75,51%	100
	Total	33,93%	66,07%	100

* Padrão residual >2 (marcada associação positiva); ** Padrão residual < -2 (marcada associação negativa)

Considerada a população ativa, há uma substancial independência entre o tamanho da empresa e a participação no referendo; o que confirma a

tese pela qual a cultura sindical nas grandes empresas segue a das pequenas empresas.

Embora menos informados, a propensão ao voto dos trabalhadores com contratos temporários é quase igual à dos trabalhadores com contratos fixos: 41,5% dos empregados permanentes contra dos 37,4% dos trabalhadores temporários. Somente na indústria metalúrgica são observados graus de participação significativamente superiores à média da população considerada: 56,1% dos metalúrgicos votam, contra o 40,3%, calculada como a média da população empregada.

Além disso, não há grande diferença entre funcionários públicos e trabalhadores do setor privado da economia. Contudo, a participação na votação dos operários é claramente acima da média (com uma tendência diferente entre os operários especializados e não especializados).

As tabelas (quadros de contingência) mostram uma “transversalidade política” na participação no referendo: os que preferem a “centro-direita” (eleitores do partido que apoia Sílvio Berlusconi) votaram “sim” no referendo apenas em 27,33% dos casos contra uma média de 33,9%.

Tabela 4 – Preferência política e participação

N = 1574		Votou neste referendo?		Total
		Sim	Não	
Posição política	Direita	36,03%	63,97%	100
	Centro-direita	27,33% **	72,67%	100
	Centro	30,88%	69,12%	100
	Centro-esquerda	35,75%	64,25%	100
	Esquerda	36,51%	63,49%	100
	Não sabe/Não respondeu	36,94%	63,06%	100
	Total	33,93%	66,07%	100

* Padrão residual >2 (marcada associação positiva); ** Padrão residual < -2 (marcada associação negativa)

Do total da amostra, 38,6% se pronunciaram a favor do Acordo de julho: 290 votaram a favor do “Protocolo” de julho e 318 não eleitores que não votaram mas consideraram positivamente o acordo (*free-riders*); 30,6% dos votantes se declararam de acordo, enquanto os contrários entre os não votantes eram 22,7%.

A maioria dos não eleitores, entretanto, não expressou acordo ou oposição em relação ao acordo: a afirmação “eu não tinha uma posição clara/não sei” foi igual a 41,8%. Excluindo os votos inválidos, segundo os critérios de “opinião sobre o Protocolo de Julho de 2007”, podemos redefinir a amostra em quatro tipos: favoráveis, *free-riders*, contrários e indiferentes.

Tabela 5 – Favoráveis, *free-riders*, contrários, indiferentes

	Tipologia	Nº de casos	Porcentagem	Características
1	Favoráveis	290	19,72	Participaram da votação e votaram favoravelmente
2	<i>Free-riders</i>	318	21,62	Optaram por não votar, mas julgaram favorável o acordo
3	Contrários	377	25,63	Participaram da votação e votaram contra (141 contrários); optaram por não votar, mas julgaram desfavorável o acordo (236 contrários não-votantes)
4	Indiferentes	486	33,03	Não votaram e não tinham opinião
	Total	1471	100	

Entre os favoráveis são particularmente significativos os trabalhadores qualificados (33% contra 19% calculados sobre a amostra). Do mesmo modo, é especialmente acentuada a propensão ao voto favorável entre os filiados aos sindicatos (36% deles) e aqueles que pretendem aderir (32%).

Tabela 6 – Profissão e opinião sobre o referendo (percentagens)

N = 1381	Favoráveis	<i>Free-Riders</i>	Contrários (votantes)	Contrários (não votantes)	Indiferentes	Total
Operário não qualificado, ou similar	18,92	2,70**	13,51	18,92	45,95	100
Empregado qualificado em comércio e serviços	21,62	10,81	10,81	10,81	45,95	100
Paramédico	20,69	13,79	17,24	13,79	34,48	100
Operário qualificado	32,99*	8,25**	11,34	12,37	35,05	100
Técnicos (computação, laboratório etc.)	19,70	25,76	13,64	15,15	25,76	100
Professor	14,29	26,05	3,36**	17,65	38,66	100
Empregado genérico	22,47	12,36	11,24	10,11	43,82*	100
Empregado de conceito	16,35	20,16	9,54	14,44	39,51*	100
Quadro, empregado diretor	23,85	26,61*	9,79	18,35	21,41**	100
Especialista (médico, engenheiro, psicólogo etc.)	15,63	37,50	15,63	6,25	25,00	100
Gerente/docente universitário/ magistrado	13,73	37,25*	7,84	25,49*	15,69**	100
Total	19,71	21,62	9,59	16,04	33,04	100

* Padrão residual >2 (marcada associação positiva); ** Padrão residual < -2 (marcada associação negativa)

A propensão ao *free-riding* entre os homens é medianamente maior que entre as mulheres (27% homens contra 12% mulheres). Entre as mulheres a proporção de contrárias eleva-se entre as não eleitoras, 11% contra 16% calculado sobre a amostra.

Embora bastante alinhados com a distribuição da amostra, os eleitores do “centro” apresentaram maior propensão ao voto contrário, e nas regiões centrais havia uma tendência para votar, mesmo contra. Eleitores contrários eram 12,9% (contra 9,6% da amostra). Entre os contrários não eleitores aparecem principalmente executivos e acadêmicos. Mas, mais uma vez, é a afiliação sindical uma variável explicativa do comportamento eleitoral.

Tabela 7 – Filiação ao sindicato e opinião sobre o referendo

N = 1429	Favoráveis	Free-Riders	Contrários (votantes)	Contrários (não votantes)	Indiferentes	Total
Sim	36,13*	20,05	11,89	13,75	18,18**	100
Não, mas estou pensando em filiar-me	14,08**	29,01*	10,42	21,13*	25,35**	100
Não, mas já fui filiado no passado	31,76*	10,59**	10,59	7,06**	40,00	100
Não, e não pretendo filiar-me	9,64**	20,00	7,68	16,79	45,89*	100
Totais	19,71	21,62	9,59	16,04	33,04	100

* Padrão residual >2 (marcada associação positiva); ** Padrão residual <-2 (marcada associação negativa)

Também o ambiente institucional – assim como percebido pelo entrevistado – é associado com o comportamento eleitoral. Em particular, o questionário possui uma série de itens – uma bateria de perguntas com base na escala Likert 1-5 (medida que varia de 1, “confiança mínima”, até 5, “máximo de confiança”) – projetados para detectar os níveis de confiança em oito instituições.

Tabela 8 – Confiança nas instituições e opinião sobre o “Protocolo”

[Pergunta 59: Em uma escala de 1 a 5, onde 1 = nenhuma e 5 = muita, quanta confiança tem na seguinte instituição]

Instituições	Tipologia "Opinião sobre o Protocolo"	N	Valor médio	F	Sig.
Parlamento	Favoráveis	287	2,80	11,151	,000
	Free-riders	314	2,76		
	Contrários	376	2,42		
	Indecisos	451	2,45		
	Total	1428	2,58		
Governo	Favoráveis	285	2,44	1,136	,333
	Free-riders	313	2,32		
	Contrários	373	2,28		
	Indecisos	451	2,31		
	Total	1422	2,33		

continua ►

Instituições	Tipologia "Opinião sobre o Protocolo"	N	Valor médio	F	Sig.
Partidos políticos	Favoráveis	289	2,46	27,639	,000
	<i>Free-riders</i>	314	2,18		
	Contrários	376	1,90		
	Indecisos	459	1,86		
	Total	1438	2,06		
Associação empresarial	Favoráveis	288	2,33	1,141	,331
	<i>Free-riders</i>	314	2,23		
	Contrários	373	2,18		
	Indecisos	455	2,24		
	Total	1430	2,24		
Sindicatos	Favoráveis	288	2,95	70,269	,000
	<i>Free-riders</i>	315	2,55		
	Contrários	376	1,94		
	Indecisos	462	2,08		
	Total	1441	2,32		
Poder Judiciário	Favoráveis	288	3,33	19,781	,000
	<i>Free-riders</i>	317	3,29		
	Contrários	375	2,75		
	Indecisos	472	2,83		
	Total	1452	3,01		
Igreja Católica	Favoráveis	289	2,54	1,553	,199
	<i>Free-riders</i>	316	2,48		
	Contrários	374	2,66		
	Indecisos	462	2,48		
	Total	1441	2,54		
Polícia	Favoráveis	290	3,36	3,444	,016
	<i>Free-riders</i>	317	3,48		
	Contrários	375	3,49		
	Indecisos	465	3,26		
	Total	1447	3,39		

Os níveis de confiança são, em geral, bastante baixos: as instituições italianas sofrem uma crise generalizada de confiança. Esses níveis são explicados em relação à atitude do acordo. Os *free-riders* têm uma pontuação abaixo da média nos diversos itens. Ainda mais baixas são as pontuações médias de outros grupos; o tipo de atitude em relação ao Acordo de Julho de 2007 está associado aos níveis de confiança nas instituições sociais e políticas. Além dos três itens menos significativos estatisticamente (calculado pelo F de Fisher) – governo, Igreja Católica e as associações de empresários – a confiança nas instituições desce gradativamente a partir dos “favoráveis” até os outros grupos.

Democracia sindical e consentimento social

O elevado grau de participação e consentimento com o acordo assinado em julho de 2007 marca “um evento importante de participação social”¹³. A complexidade técnica dos temas tratados – desde matéria previdenciária até seguridade social – poderia ter facilmente restringido a participação e/ou reduzido os níveis de consenso¹⁴.

O referendo faz parte de uma nova tendência pela democracia sindical. Segundo Baccaro¹⁵, o uso desses procedimentos de consulta reforçaria a capacidade dos sindicatos de exercer política centralizada em dois tipos de mecanismos: agregativo e deliberativo. Em síntese, o argumento de Baccaro é o de que a mudança de natureza da negociação, nomeadamente a diminuição da disponibilidade de recursos para a troca social, força os sindicatos a investir mais fortemente do que no passado em procedimentos institucionais, tais como o referendo, do mesmo modo que as escolhas dos dirigentes são discutidas e expressamente autorizadas pela base¹⁶. Presume-se, então, uma não correspondência (*trade-off*) entre contrapartidas contratuais e procedimentos democráticos: quanto maior a escassez de recursos (*decommodifying*) maior o investimento do sindicato em legitimidade democrática¹⁷. Ao contrário do controle hierárquico, o sindicato promoveria a democracia e a participação, enquanto os indivíduos – mesmo na ausência de incentivos materiais – aceitam a escolha coletiva por meio de uma validação pessoal¹⁸.

Iniciada na década de 1990, essa política tem perdido muitos dos traços de aquisição material antes em uso (quando foi utilizada para elevar o consumo público e diminuir as diferenças salariais); a nova consulta está marcada, em primeiro lugar, por um menor nível aquisitivo em termos econômicos e materiais, em relação ao passado, mas ela é mais participativa e democrática.

Tal como em 1995, os sindicatos não pediram simplesmente aos empregados para expressar suas preferências através do voto, mas eles foram incentivados por meio de milhares de reuniões em que o conteúdo do acordo foi cuidadosamente explicado e discutido com os trabalhadores. O estudo aponta que as mudanças de opinião são bem poucas (e cobrem menos de um eleitor em cada dez). O que influencia a participação e, logo, a votação é a cultura política e sindical, a atitude – confiança – tanto nos sindicatos como nas instituições em geral. É, portanto, uma predisposição pessoal além das indicações dos sindicatos. Trata-se de uma renovação do processo de democracia participativa, em um espectro mais amplo, surgido na Itália em 2005 com as eleições primárias de Romano Prodi como candidato para as eleições políticas; do mesmo modo que em 2007, com as primárias do Partido Democrático, que decidiu pela escolha de Walter Veltroni como secretário do PD¹⁹. As estatísticas de afluência às ur-

nas nas eleições primárias para a fundação do Partido Democrático sinalizam algumas tendências observadas também no referendo dos trabalhadores: o PD parece muito forte para atrair eleitores do Sul da Itália, em relação à região da Campania (438 mil eleitores), Puglia (247 mil), Calábria (208 mil) e Sicília (183 mil), e é forte nas regiões com influência dos antigos comunistas (Toscana, Emilia, Úmbria), com a existência de uma clara e significativa correlação entre o “sentido de cultura cívica” e o de participação em nível provincial²⁰.

Considere-se finalmente o último referendo dos trabalhadores de 2009. Em janeiro, a CGIL convidou a CISL e a UIL para uma consulta sobre o modelo de reforma dos contratos coletivos de trabalho aprovado por estas duas últimas centrais e recusado pela primeira. Diante da recusa da CISL e da UIL, a CGIL resolveu promover a consulta sozinha, com a votação se encerrando em março. Em cinco semanas a CGIL realizou 59.377 reuniões sindicais. Basta dizer que, em 2007, CGIL, CISL e UIL, juntas, organizaram 51.626 assembleias sobre o “Protocolo pelo Bem-Estar Social”. Em 2009 a CGIL realizou sozinha 7 mil assembleias a mais do que em 2007.

Diante desse quadro uma nova e importante fase de participação democrática resultou em termos de participação e votação: 3.643.836 trabalhadores votaram, uma prova de que a democracia é um valor importante para trabalhadores, aposentados, temporários.

Democracia e representação social

Como se traduzem essas tendências no âmbito da democracia e da representação social? Como vimos até aqui, esta discussão tem interessado muito à maior central sindical italiana na perspectiva de analisar os nexos entre participação, voto e cultura sindical. Em um número recente da revista *Quaderni di Rassegna Sindacale*, uma das publicações mais importantes da Itália no debate teórico sindical, dedicado à discussão sobre a “Democracia e representação na era pós-ideológica”²¹, numerosos expoentes sindicais promoveram um debate que, tudo indica, acompanhará a CGIL toda na dialética que está se configurando rumo ao congresso que se realizará em 2010. A seguir apresentaremos uma revisão crítica de uma parte desse debate, no intuito de que isso possa interessar à discussão sobre democracia e representação sindical no Brasil.

A central sindical: entre representação e democracia

Riccardo Terzi (secretário nacional do Sindicato dos Aposentados – Sindicato Pensionati Italiani SPI/CGIL²²) não hesita em definir como “pós-ideologiza-

da” nossa contemporaneidade, em virtude da superação do fascínio coletivo pelas ideologias que se afirmaram no século XX. No entanto, a aceitação passiva do atual estado das relações de poder na sociedade – e a resultante condenação de todas as expressões antagonônicas (tachadas como “ideologizadas”) – ganha as formas de uma nova ideologia dominante, mesmo quando se difunde a ideia paradoxal do “fim de todas as ideologias”. Desse paradoxo produz-se um impasse no funcionamento democrático, pois se afirma um sistema político embrenhado por novos corporativismos e localismos. É dentro desse ambiente que a direita italiana ganha espaço e consenso. Nesse quadro, profundamente modificado a partir das relações de trabalho e da organização da produção, o sindicato é chamado a reconfigurar o caráter da representação social que promove. Contudo, diante de um corpo social cada vez mais fluido e em nada identificado com os blocos ideológicos, seu desafio maior é representado pela ampliação, a maior possível, dos espaços democráticos, bem como pela introdução de novos instrumentos para o exercício da democracia. Isso significa, de um lado, representar o trabalhador e ampliar a democracia e, de outro, ter como elementos constituintes o projeto social do qual o sindicato se faz promotor. De certa forma, é isso que aconteceu com a realização do referendo entre os trabalhadores, quando o sindicato foi o mediador da relação entre a participação nas decisões e o Poder Executivo.

Democracia e representação do trabalho

Já há certo tempo o discurso pós-ideológico identifica a presença de uma nova e única classe social, a dos “produtores”; sejam eles empresários ou trabalhadores, ambos são indiferentemente usuários e consumidores, e, portanto, não existem mais motivos de divisão e conflito entre classes. Assim, introduz sua comunicação Antonio Cantaro (professor de direito constitucional na Universidade de Urbino)²³. Todavia, o sistema produtivo pós-fordista, enquanto oferece o espaço para um discurso heterogêneo do plano social, produz cada vez mais o fenômeno da fragmentação produtiva. Nesse quadro, faz sentido para o sindicato manter sua configuração “confederativa” e sua organização em uma “central sindical”? Não deveria este se adaptar ao processo de atomização da representação do mundo do trabalho?

De fato, o discurso pós-ideológico tenta transferir a sede do conflito entre capital e trabalho para o contraste identitário, de gênero, de nacionalidade, de idade, de posição profissional, isto é, num mundo fluido de interesses difusos e contrastantes em múltiplas arenas. Nele, o sindicato deveria deixar de se posicionar como o representante geral dos trabalhadores para multiplicar-se num emaranhado corporativo que pode concorrer, ao lado de outros, para a regulação do interesse setorial.

O sindicato italiano tem recusado essa perspectiva, enquanto tem na “representação social” sua razão de ser, sua identidade e sua função; na representação do interesse imediato do trabalhador do qual é mandatário e na extensão dessa função ao plano geral, social. Não se poderia negar, contudo, que no plano europeu, ao lado de uma significativa ampliação e diferenciação quantitativa da oferta de atividades sindicais (na promoção do Estado do bem-estar local, na cobertura das novas figuras profissionais, na integração dos trabalhadores imigrados, na oferta de serviços fiscais), registra-se, de um lado, uma diminuição dos filiados e, de outro, uma redução da atividade tradicional de negociação contratual e regulação legislativa.

Uma medida eficaz de contraposição aos efeitos que o discurso pós-ideológico produz no senso comum pode ser organizada por um discurso trabalhista, ou *neotrabalista*, que coloque a atividade produtiva no cerne da vida social e humana, que ignore a dicotomia entre trabalhadores tradicionais e temporários, como incluídos e excluídos, ao passo que reconheça a radical transformação de todas as relações de trabalho. O esforço a ser realizado por um discurso trabalhista consiste em redesenhar de forma unitária a representação social, tomando consciência de que a reorganização flexível do trabalho apresenta muitas ameaças (formas muito mais incisivas de alienação) e algumas oportunidades (representar unitariamente o mundo dos “produtores”). Renovar, repensar e refundar a representação social do trabalho significa hoje promover uma *nova agregação do trabalho*, uma nova coalizão entre todos os trabalhadores que aponte novos e adequados instrumentos de ação.

Representação sindical e representação política

Para Ida Regalia (professora de sociologia dos processos econômicos e do trabalho na Universidade de Milão), o tema da relação entre representação do interesse e representação política, isto é, da relação entre sindicato e política, é uma discussão muito polêmica que não interessa apenas ao debate italiano, mas se reproduz por toda a Europa; de fato, a ideia de “revitalização” sindical, forte nos países anglo-saxões, vê o sindicato menos como um negociador no mercado de trabalho e mais como um “movimento social” representando as camadas mais pobres e indefesas da população²⁴.

Qual é a relação entre ação sindical e ação política? Quais são os âmbitos de ação? Certamente, não será suficiente dizer que o sindicato representa o trabalhador perante o empregador (enquanto a política representa os cidadãos no parlamento), pois as margens da ação sindical são muito mais amplas (ação no campo econômico, político, institucional, social, cultural) e diversificadas, tanto no plano da representação (de empregados, desempregados, aposenta-

dos, migrantes) como no do tema (ambiente, transportes, indústria, comércio, instrução, inovação tecnológica etc.); o que mais distingue a ação sindical da política é o modo como essa acontece.

Além disso, outro aspecto relevante diz respeito à relação existente entre sindicatos e partidos, sejam estes do governo ou da oposição; trata-se de um diálogo certamente importante mas posto cada vez mais em um cenário no qual a autonomia daqueles está cada vez mais demarcada em relação a estes. Não obstante tal distância, temas que são debatidos comumente entre a esfera sindical e a política estão cada vez mais presentes, pois, como vimos, muitas vezes são argumentos que interessam às duas esferas. O que vale recordar é a diferença entre a lógica da ação, a função e a responsabilidade de cada um dos atores perante os representados.

Três perguntas encerram a reflexão de Ida Regalia. A primeira: quanto mais o sindicato amplia sua própria ação local mais ele passa a relacionar-se com os outros atores da sociedade civil organizada (associativismo religioso, étnico, temático); como está mudando essa relação? A segunda: quais atividades realizadas territorialmente são resultado da iniciativa dos quadros sindicais e quais são realmente resultantes dos interesses da população? E a última: como medir os efeitos da ação sindical local em termos de eficácia? Uma resposta adequada a essas três perguntas poderá contribuir para uma definição melhor do papel “político” do sindicato, evitando sua fragmentação.

Experiências democráticas na Itália central

Em sua contribuição, Francesco Ramella (sociólogo, professor de sociologia econômica da Universidade de Urbino) pergunta-se qual seria o papel do cidadão nas *democracias maduras*?²⁵ No debate sobre esse tema, múltiplas questões ganham um lugar de destaque: de um lado, a crise da cidadania democrática, composta por uma apatia política e um aumento da autonomia dos sistemas político-institucionais; por outro, o aumento da competição técnico-política e da disponibilidade para a participação. Situações contrastantes que justificam a presença de fenômenos “antipolíticos” e plebiscitários, mas por outro lado, alimentam uma participação maior da população nas arenas da democracia deliberativa.

As regiões da Itália central (Emilia Romagna, Toscana, Umbria, Marche) representam uma área interessante para aplicar algumas dessas inferências teóricas para a esfera da competição política. Conhecidas como “regiões vermelhas”, graças à grande difusão da cultura política socialista e à relevante afirmação eleitoral do Partido Comunista italiano e dos partidos que herdaram sua tradição, nessas áreas o percurso de inclusão social das camadas

mais pobres da população se deu em torno de três mecanismos principais: em primeiro lugar, a *democratização econômica*, inclusão produtiva entendida como geração e distribuição da riqueza através de um processo de “microindustrialização” (criação de pequenas empresas industriais gerenciadas dentro do núcleo familiar); em segundo lugar, a *democratização social*, reconhecimento dos direitos de cidadania social entendido como construção de um Estado de bem-estar social equilibrado territorialmente; por último, a *democratização política*, mobilização coletiva entendida como presença de uma rede capilar de organizações da sociedade civil, a começar pelos sindicatos dos trabalhadores.

O resultado desse conglomerado de fatores de democratização foi uma estabilidade política de longo prazo que promoveu a mediação do conflito social e a regulação do desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, numa importante pesquisa recentemente realizada pela Confederação das Indústrias da Toscana²⁶, esse processo de modernização democrática enfrenta atualmente uma situação de crise muito importante. A Toscana é uma região que aparece entre as primeiras 30 regiões mais ricas da Europa, dotada de uma grande gama de serviços públicos, alta presença de um tecido social “cívico” acompanhado de desenvolvimento econômico e coesão social. Tratar-se-ia de um modelo de processo de modernização baseado, por um lado, no desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social e, por outro, num sistema de regulação que equilibra a presença da iniciativa privada com a intervenção pública.

Para conhecer a percepção da população toscana sobre esse modelo teórico, a pesquisa entrevistou cerca de 2 mil pessoas, entre empresários, cidadãos e atores políticos, sociais e culturais.

Apesar do esforço institucional e social voltado à promoção da democracia participativa, o *confidence gap* entre cidadãos, instituições e organizações representativas (sindicatos e partidos) tem aumentado, provocando uma deterioração da cultura cívica que se expressa através de formas diferentes de individualismo como o representado pela *síndrome Nimby*²⁷.

Da consciência de classe à consciência de lugar

Conclui o debate Aldo Bonomi (diretor da ONG Associazione Agenti Sviluppo Território²⁸) com uma reflexão sobre “território, representação de novos atores e questão neoburguesa”²⁹.

Falar em território significa descrever uma conflitualidade que não é mais apenas aquela que existe entre Capital e Trabalho, em que o Estado teria a função de redistribuir o produto social; significa descrever o conflito existente entre fluxos e lugares, onde o território é uma situação intermediária em

que se devem reconstruir as formas de representação. Mas qual é exatamente esse “lugar”? É o “território metropolizado” onde convivem trabalhadores autônomos e consultores especializados, assistentes familiares e operários imigrantes, comerciantes e operadores financeiros e da comunicação que vivem em extensas micropereferias onde se experimenta o cotidiano dos pequenos conflitos sociais. É nesse lugar plural que os processos de representação acontecem além das redes de representação social tradicional, às vezes contra elas, ou são hegemonzados pelo “sindicalismo local” promovido pelos grupos da direita, que acabam representando 5 mil médios empresários e 6 milhões de microempresários que existem na Itália.

O discurso desse quadro acontece por meio de quatro ideologias estruturadas: a primeira é a ideologia do mercado autorregulado; a segunda é a do decrescimento, como mostra Latouche³⁰; a terceira é a da multidão como novo ator da transformação social; e a quarta é a que representa o conflito entre fluxos e lugares a partir da emergência da “consciência local”, no lugar da consciência de classe. Quanto mais uma região for capaz de elaborar uma consciência local, mais ela conseguirá amparar os atores de classe e negociar junto aos fluxos suas próprias transformações.

Consciência local, além disso, compreende também o enfrentamento de diversos problemas colocados por outras ideologias, o decrescimento, a produção e o consumo sustentável, a qualidade de vida, o ambientalismo e a representação dentro do processo de modernização.

Bonomi, ao concluir, considera elemento-chave para o sindicato a capacidade de ligar-se ao processo globalizante, expressando ao mesmo tempo a peculiaridade territorial “fazendo a sociedade”, isto é, acompanhando esse processo de abertura e achando novas formas de organização.

Conclusão

Neste artigo procurou-se colocar em evidencia as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo italiano diante não apenas da crise financeira global, mas em relação à progressiva perda de poder aquisitivo dos assalariados na Itália.

Para além disso, e ao mesmo tempo, os sindicatos procuraram organizar sua representação social interpretando novos campos de conflitos entre trabalhadores e Estado. Sem querer conquistar o poder estatal, o movimento sindical busca a definição de novas identidades e novas ações que mudam a dinâmica da sua luta política e social. O problema portanto não é mais ocupar o Estado, como era até a década de 1960, e não apenas defender os interesses materiais dos trabalhadores.

Com efeito, o sindicalismo italiano, e particularmente o mais progressista (CGIL e sindicatos “de base”), está fortemente empenhado não somente na representação dos trabalhadores em geral, mas também na defesa de todos os setores mais fragilizados da sociedade (trabalhadores precarizados, aposentados, pensionistas, migrantes, desempregados, estudantes, cidadãos atingidos por danos ambientais), numa dúplice dimensão de luta social (de reivindicação econômica) e de luta política (de organização e representação de novas identidades).

Sem adentrarmos os dilemas da participação como alternativa à representação³¹, assinala-se que, perante o vácuo participativo deixado pelas organizações partidárias, que na Itália dos últimos 20 anos deixaram de ser organizações massificadas, paradoxalmente as centrais sindicais tenderam a cobrir esse vazio protagonizando um outro repertório de participação, que consolidou a mudança de paradigma. Assim, a realização das consultas entre trabalhadores promovidas pelas centrais italianas fortaleceu uma tendência à democracia direta que certamente não interessa à maior parte dos partidos políticos italianos atualmente. Nota-se, em consequência, nos últimos anos, um forte crescimento de um novo protagonismo sindical que a partir da queda do segundo governo Prodi (2006-2008) e com a ascensão do quarto governo Berlusconi (2008), colocou as centrais sindicais italianas em uma posição de forte interlocução com o Poder Executivo.

A partir, porém, da “assinatura em separado” (sem a CGIL) das centrais moderadas (CISL-UIL) e das organizações patronais no acordo de reforma do *Sistema de contratação coletiva nacional*, em 22 de janeiro de 2000, a maior central italiana encontra-se numa situação de isolamento político que vem sendo reiterada em outras importantes ocasiões ao longo de 2009 (o mais recente é o do Contrato Coletivo Nacional dos Metalúrgicos, que ficou sem a assinatura dos metalúrgicos da CGIL).

Dessa forma, no debate político italiano, muitos veem na CGIL a única oposição social *representativa*; conjugar essa grande responsabilidade com os desafios políticos e econômicos futuros será a principal tarefa do seu XVI Congresso Nacional, que acontecerá em 2010.

RESUMO

O referendo dos trabalhadores de outubro de 2007 representou um evento importante de participação social na Itália. O objetivo deste estudo é examinar as recentes tendências na democracia sindical na Itália. Por meio de uma pesquisa, intentamos estudar as características principais do voto de outubro 2007. Primeiramente, se debatem algumas características da condição de trabalho e de vida na Itália; em segundo lugar, dividindo-se os dados por sexo,

idade, setor econômico, este estudo oferece instrumentos para analisar as tendências gerais na democracia sindical, e também algumas características da cultura política na Itália.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia sindical; Itália; Movimento sindical; Condições de trabalho.

ABSTRACT

The workers' referendum of October 2007 represents an important event of social participation in Italy. The aim of this paper is to discuss these recent union democracy tendencies in Italy. Even if this article highlights some empirical results of a survey analysis, it debates some real questions in Italian social representativeness. This study address to a sample of interviewers the question of what social factors affect the decision making processes and difficulties of maintaining democracy in organizations. Preliminary, analysis will determine general workers' condition in Italy; secondly, disaggregating data by gender, age, economic sector, this study will provide tools for analyzing general tendencies in union democracy and political culture.

KEYWORDS

Union democracy; Italy; Labor movements; Workers' condition.

NOTAS

¹ Davide Carbonai é pesquisador visitante na Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Institut de Science du Travail. Contato do autor: davide.carbonai@uclouvain.be.

² Giulio Mattiazzi colabora como pesquisador com o Departamento de Sociologia da Universidade de Pádua e com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato do autor: giuliomattiazzi@ufmg.br.

³ CARBONAI, D.; PEDACI, M., "Povertà e lavoro subordinato". In DEL COLLE, E., *Disuguaglianze socioeconomiche e livelli di povertà*. Milão: Franco Angeli, 2009.

⁴ Confederação Geral Italiana do Trabalho.

⁵ Confederação Italiana dos Trabalhadores.

⁶ União Italiana do Trabalho.

⁷ Istituto Nazionale di Statistica [Instituto Nacional de Estatística], *Rapporto annuale. La situazione del paese nel 2007*. Roma: Istat; Banca d'Italia, 2008; "I bilanci delle famiglie italiane nell'anno 2006". *Supplementi al Bollettino Statistico*, ano XVIII, n. 7, 28/01/2008.

⁸ ALTIERI, G.; CARRIERI, M.; MEGALE, A., "L'Italia del lavoro: un quadro d'insieme". *Quaderni di Rassegna Sindacale Lavori*, ano VIII, n. 1, 2007.

- ⁹ REYNERI, E., *Sociologia del mercato del lavoro*. Bolonha: Il Mulino, 2002.
- ¹⁰ PACI, M., *La famiglia e i sistemi di welfare nell'economia dei servizi*. In REGINI, M. (Org.), *La sociologia economica contemporanea*. Roma; Bari: Laterza, 2007.
- ¹¹ CASTEL, R., *L'insicurezza sociale. Che significa essere protetti?* Turim: Einaudi, 2004.
- ¹² CARRIERI, M., *L'altalena della concertazione. Patti e accordi italiani in prospettiva europea*. Roma: Donzelli, 2008.
- ¹³ *Idem*, p. 10.
- ¹⁴ ACCORNERO, A., "Cosa ci dice la consultazione". *Il Diario del Lavoro*, 12/10/2007.
- ¹⁵ BACCARO, L., "Political economy della concertazione sociale". *Stato e Mercato*, n. 79, 2007.
- ¹⁶ BACCARO, L., "Contrattazione 'politica' e consultazione dei lavoratori". *Quaderni di Rassegna Sindacale*, IX, n. 1, 2008.
- ¹⁷ *Idem*.
- ¹⁸ *Idem*, p. 63.
- ¹⁹ *Idem*.
- ²⁰ VENTURINO, F., "Le primarie nazionali dell'unione: un'analisi della partecipazione con dati aggregati". *Rivista Italiana di Scienza Politica*, XXXVII, n. 3, p. 446, 2007.
- ²¹ VV.AA., "Democrazie e rappresentanze nell'era post-ideologica". *Quaderni di Rassegna Sindacale. Lavori*, III, 2008.
- ²² Sindicato dos Aposentados Italianos. Ver: TERZI, R., "Introduzione al Convegno nazionale". In VV.AA. "Democrazie e rappresentanze nell'era post-ideologica". *Quaderni di Rassegna Sindacale. Lavori*, III, 2008.
- ²³ CANTARO, A., "Democrazia e rappresentanza del lavoro. La 'narrazione post-ideologica' e la 'narrazione neolaburista'". "Democrazia e rappresentanza nell'era post-ideologica". *Quaderni di Rassegna Sindacale. Lavori*, v. 3, 2008, p. 15-51.
- ²⁴ REGALI, I., "Materiali convegno". "Democrazia e rappresentanza nell'era post-ideologica". *Quaderni di Rassegna Sindacale. Lavori*, v. 3, 2008, p. 15-51.
- ²⁵ RAMELLA, F., "Materiali convegno". "Democrazia e rappresentanza nell'era post-ideologica". *Quaderni di Rassegna Sindacale. Lavori*, v. 3, 2008, p. 15-51.
- ²⁶ CONFINDUSTRIA TOSCANA, *Uno sviluppo esigente. Società, economia e istituzioni*. Firenze: Confindustria Toscana, 2008.
- ²⁷ Acrônimo em inglês de "Not In My Back Yard", que significa "não em meu quintal".
- ²⁸ Associação dos agentes de desenvolvimento de território.

²⁹ BONOMI, A., “Materiali convegno”. “Democrazia e rappresentanza nell’era post-ideologica”. *Quaderni di Rassegna Sindacale. Lavori*, v. 3, 2008, p. 15-51.

³⁰ LATOUCHE, S., *Petit traité de la décroissance sereine*. Paris: Mille et Une Nuits, 2007.

³¹ AVRITZER, L., “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. *Dados*. Rio de Janeiro, n. 3, 2007; URBINATI, N., *Representative Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.